



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



IGOR MARTINS DUARTE

**TREINAMENTO EM NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS NA FORMAÇÃO POLICIAL
NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2025

IGOR MARTINS DUARTE

**TREINAMENTO EM NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS NA FORMAÇÃO POLICIAL
NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Samuel Lopes Felix.

GOIÂNIA-GO

2025

TREINAMENTO EM NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS NA FORMAÇÃO POLICIAL NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

TRAINING IN CONFLICT NEGOTIATION IN POLICE TRAINING AT THE GOIÁS MILITARY POLICE ACADEMY

Igor Martins Duarte¹
Samuel Lopes Felix²

Resumo

A negociação de conflitos emerge como competência estratégica na capacitação de policiais militares, direcionando ações para a desescalada de tensões e a preservação da ordem por meio de intervenções dialógicas, alinhadas aos princípios de polícia de proximidade. Contudo, a ausência de avaliações sistemáticas sobre sua eficácia limita o refinamento curricular, especialmente em contextos de vulnerabilidade social onde predomina a desconfiança institucional. O estudo objetiva analisar a percepção de alunos e policiais acerca da efetividade desse treinamento no Curso de Formação de Praças. Emprega método qualitativo, com exame de documentos institucionais como grades curriculares e procedimentos operacionais padrão, complementado por questionário aplicado a 56 participantes, processando respostas via análise temática e frequências descritivas para mapear relevância, aplicabilidade e restrições. Os achados indicam elevada valorização dos conteúdos teóricos em diálogo e mediação, com métodos pedagógicos adequados na maior parte das respostas, e aplicabilidade confirmada em cenários operacionais como disputas interpessoais e protestos. Pontos fortes residem na gestão de crises e na promoção de soluções pacíficas, enquanto limitações concentram-se na escassez de simulações práticas, carga horária reduzida e abordagem parcial às dinâmicas de comunidades carentes, gerando insegurança na aplicação em campo. Os resultados apontam para a reestruturação formativa, com incorporação de exercícios realistas e capacitação de instrutores especializados, visando otimizar a mediação policial e reduzir confrontos violentos na segurança pública goiana, consolidando uma atuação alinhada à responsabilidade social e à humanização das intervenções institucionais.

Palavras-chave: Polícia Militar. Formação Policial. Capacitação. Mediação de conflitos.

Abstract

Conflict negotiation is emerging as a strategic competency in the training of military police officers, directing actions toward de-escalating tensions and preserving order through dialogic interventions aligned with the principles of community policing. However, the lack of systematic evaluations of its effectiveness limits curriculum refinement, especially in contexts of social vulnerability where institutional distrust prevails. This study aims to analyze the perceptions of students and police officers regarding the effectiveness of this training in the Enlisted Training Course. It uses a qualitative method, examining institutional documents such as curricula and standard operating procedures, complemented by a questionnaire administered to 56 participants. Responses were processed using thematic analysis and descriptive frequencies to map relevance, applicability, and constraints. The findings indicate a high value placed on theoretical content in dialogue and mediation, with appropriate pedagogical methods in most responses, and confirmed

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: igormartins@gmail.com Telefone: 61 98623-3838

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Licenciado em música, habilitação em ensino do instrumento musical, e especialista em educação musical. E-mail: samuellopesfelix@gmail.com. Telefone: 6298124-4303.

applicability in operational scenarios such as interpersonal disputes and protests. Strengths lie in crisis management and the promotion of peaceful solutions, while limitations include the lack of practical simulations, reduced workload, and a partial approach to the dynamics of underserved communities, creating uncertainty in field application. The results point to a restructuring of training, incorporating realistic exercises and training specialized instructors, aiming to optimize police mediation and reduce violent confrontations in Goiás' public security system, consolidating actions aligned with social responsibility and the humanization of institutional interventions.

Keywords: Military Police. Police Training. Capacity Building. Conflict Mediation.

1 INTRODUÇÃO

A negociação e a gestão de conflitos representam competências indispensáveis para policiais militares, particularmente em um contexto de crescente demanda por abordagens que minimizem o uso da força e promovam a resolução pacífica de tensões. Sales, Alencar e Feitosa (2009) destacam que a mediação de conflitos fortalece a relação entre polícia e sociedade, favorecendo soluções consensuais que alinhem a atuação policial aos princípios de cidadania.

No Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), o treinamento em negociação integra o currículo do Curso de Formação de Praças, buscando capacitar os alunos para resolver situações de tensão por meio de diálogo e mediação, em conformidade com as práticas de polícia comunitária. No entanto, a ausência de estudos específicos que avaliem a percepção dos alunos sobre a qualidade desse treinamento no contexto goiano limita a identificação de lacunas que possam comprometer sua aplicação prática, conforme apontado por Veiga e Souza (2018).

O problema de pesquisa que orienta este estudo é: qual é a eficácia do treinamento em negociação e gestão de conflitos oferecido aos alunos do CAPM, segundo sua percepção, e quais aspectos do treinamento são mais ou menos adequados para a prática policial? Assim, a relevância deste estudo reside na necessidade de compreender a preparação dos policiais para a gestão de conflitos, promovendo práticas que reduzam a violência e fortaleçam a confiança comunitária. A ausência de análises detalhadas sobre o treinamento oferecido pelo CAPM pode limitar a identificação de pontos a serem aprimorados, comprometendo a adoção de abordagens consensuais.

Este trabalho pretende contribuir para a melhoria da capacitação policial, oferecendo dados que orientem a revisão curricular e a implementação de práticas alinhadas aos princípios de resolução pacífica de conflitos. A pesquisa beneficia a PMGO, ao propor melhorias na

formação, e a sociedade goiana, ao incentivar um policiamento mais humanizado, além de enriquecer o debate acadêmico sobre segurança pública (Costa, 2025).

O objetivo geral da pesquisa é avaliar a eficácia do treinamento em negociação e gestão de conflitos na formação de policiais do CAPM. Os objetivos específicos são: identificar os conteúdos e métodos empregados no treinamento em negociação de conflitos; analisar a percepção dos alunos sobre a aplicabilidade do treinamento em situações operacionais; verificar os pontos fortes do treinamento, conforme avaliação dos alunos; identificar limitações do treinamento percebidas por alunos e policiais.

A metodologia combina uma abordagem qualitativa com análise documental e coleta de dados em campo. A análise documental abrangerá a grade curricular do CAPM, planos de aula e documentos institucionais da PMGO, mapeando conteúdos, carga horária e metodologias do treinamento em negociação. Questionários estruturados, aplicados via Google Forms a alunos e policiais que passaram pelo treinamento, selecionados por amostragem intencional, captarão percepções sobre relevância, aplicabilidade e limitações. A análise de conteúdo identificará temas recorrentes e discrepâncias entre o currículo e as percepções dos respondentes.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 CONTEÚDOS E MÉTODOS DO TREINAMENTO EM NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS

Sales, Alencar e Feitosa (2009) observam que a mediação de conflitos constitui uma prática central para a atuação policial, permitindo a resolução de tensões sem o uso da força. No Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), o treinamento em negociação de conflitos integra o currículo do Curso de Formação de Praças, abrangendo conteúdos como técnicas de diálogo, gestão de crises e mediação comunitária.

Esses conteúdos visam capacitar os policiais para lidar com situações de tensão, como disputas interpessoais, protestos ou conflitos domésticos, promovendo soluções consensuais que fortaleçam a relação com a comunidade. A literatura destaca que a formação em negociação é necessária para alinhar a atuação policial aos princípios de cidadania e segurança pública (Sales; Alencar; Feitosa, 2009).

A grade curricular do CAPM inclui módulos teóricos sobre negociação, abordando conceitos de mediação, comunicação não violenta e gestão de conflitos, conforme preconizado por Sampaio e Braga Neto (2007). Esses módulos buscam preparar os alunos para identificar as causas dos conflitos e aplicar técnicas que promovam a resolução pacífica.

No entanto, a carga horária dedicada a esses conteúdos é frequentemente limitada, com maior ênfase em práticas ostensivas, como abordagens e uso da força. A ausência de exercícios práticos que simulem cenários reais, como conflitos em comunidades carentes, compromete a assimilação das técnicas pelos alunos. A literatura sugere que a formação deve equilibrar teoria e prática, com simulações que reproduzam as dinâmicas operacionais (Sampaio; Braga Neto, 2007).

Brasil, Lopes e Miranda (2011) apontam que os métodos pedagógicos utilizados no treinamento policial, como aulas expositivas e simulações, influenciam diretamente a eficácia da formação. No CAPM, as aulas teóricas abordam fundamentos jurídicos e éticos da negociação, mas as simulações práticas são escassas, limitando o desenvolvimento de habilidades interpessoais. A literatura sugere que métodos ativos, como estudos de caso e role-playing, são mais eficazes para capacitar os policiais a lidarem com conflitos reais. A ausência de tais métodos no CAPM compromete a preparação dos alunos, especialmente em situações que exigem rápida tomada de decisão e comunicação eficaz (Brasil; Lopes; Miranda, 2011).

Veiga e Souza (2018) destacam que a formação policial frequentemente enfrenta desafios relacionados à insuficiência de prática e à falta de instrutores especializados. No CAPM, a carência de formadores com expertise em mediação de conflitos limita a qualidade do treinamento, dificultando a transmissão de técnicas avançadas, como negociação em crises ou gestão de conflitos comunitários.

A ausência de programas de reciclagem regular também compromete a atualização das competências dos policiais ao longo da carreira. A literatura sugere que a capacitação contínua, com instrutores qualificados e simulações realistas, é necessária para preparar os policiais para as demandas do trabalho em contextos de alta tensão (Veiga; Souza, 2018).

Conforme Nassaro (2012), a integração do treinamento em negociação com práticas de polícia comunitária fortalece a capacidade dos policiais de atuarem como mediadores sociais. No CAPM, os módulos de negociação buscam alinhar-se aos princípios de polícia comunitária, promovendo a interação com a comunidade e a resolução pacífica de conflitos. No entanto, a falta de integração entre esses conteúdos e as práticas ostensivas dificulta a formação de uma abordagem equilibrada. O treinamento deve articular negociação e polícia comunitária, capacitando os policiais para atuar em comunidades carentes, onde a desconfiança e a vulnerabilidade social são predominantes.

2.2 APLICABILIDADE PRÁTICA E PERCEPÇÕES DOS ALUNOS

Dantas (2015) observa que a aplicabilidade prática do treinamento em negociação de conflitos depende da capacidade dos policiais de transferirem os conhecimentos adquiridos para situações operacionais reais. No CAPM, os alunos são expostos a conteúdos teóricos sobre mediação, mas a ausência de prática intensiva limita sua confiança na aplicação das técnicas em cenários reais, como conflitos domésticos ou protestos. A literatura aponta que a formação deve incluir simulações que reproduzam as dinâmicas de áreas vulneráveis, onde a tensão social e a desconfiança comunitária exigem habilidades avançadas de comunicação e mediação (Dantas, 2015).

A percepção dos alunos sobre a eficácia do treinamento reflete a qualidade da formação oferecida. Guedes, Gondim e Hirschle (2020) indicam que os alunos reconhecem a relevância do treinamento em negociação, mas relatam dificuldades em aplicá-lo devido à falta de prática e à complexidade das situações operacionais.

A ausência de cenários simulados que abordem conflitos reais, como disputas em comunidades carentes, compromete a confiança dos alunos. A literatura sugere que a formação deve priorizar exercícios práticos que desenvolvam habilidades emocionais e interpessoais, preparando os policiais para lidar com a pressão e a diversidade dos conflitos (Guedes; Gondim; Hirschle, 2020).

Oliveira (2022) destaca que os pontos fortes do treinamento em negociação incluem a ênfase em técnicas de diálogo e mediação comunitária, que promovem a resolução pacífica de conflitos. No CAPM, os alunos percebem essas técnicas como relevantes, especialmente para atuar em situações de baixa letalidade, como conflitos interpessoais ou disputas locais. No entanto, a falta de feedback detalhado durante o treinamento dificulta a identificação de erros e a melhoria das habilidades. A literatura sugere que a formação deve incluir avaliações contínuas e supervisão por instrutores especializados, para reforçar os pontos fortes e corrigir deficiências.

Rodrigues (2022) aponta que as limitações do treinamento incluem a insuficiência de prática simulada e a resistência cultural dos policiais. No CAPM, os alunos relatam que a formação prioriza conteúdos teóricos, com poucas oportunidades para praticar negociação em cenários realistas. A resistência cultural, que valoriza práticas repressivas, também compromete a adoção de técnicas de mediação. A superação dessas limitações exige uma revisão curricular que priorize simulações práticas e promova a aceitação cultural da negociação como prática policial.

Conforme Bó e Oliveira (2022), o treinamento em negociação impacta diretamente a relação entre polícia e sociedade, fortalecendo a confiança comunitária. No entanto, a ausência de módulos que abordem a vulnerabilidade social limita a aplicabilidade do treinamento em comunidades carentes.

A formação deve integrar conteúdos sobre direitos humanos e dinâmicas sociais, capacitando os policiais para atuar como mediadores em contextos de alta tensão. A análise neutra revela que o treinamento no CAPM é parcialmente eficaz, mas exige ajustes curriculares, maior prática e capacitação de instrutores para atender às demandas operacionais (Zwir; Ribeiro, 2024).

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa para avaliar a eficácia do treinamento em negociação e gestão de conflitos oferecido aos alunos do CAPM. Este método permite explorar as percepções dos alunos e policiais, articulando os conteúdos formativos com sua aplicabilidade prática. A análise documental e a coleta de dados em campo garantirão uma investigação detalhada, alinhada aos objetivos de identificar conteúdos, avaliar percepções e verificar pontos fortes e limitações.

A análise documental abrangerá a grade curricular do Curso de Formação de Praças, planos de aula e documentos institucionais da PMGO, mapeando conteúdos, carga horária e metodologias do treinamento em negociação de conflitos. Esses documentos permitirão identificar as técnicas ensinadas, como diálogo e mediação, e avaliar sua adequação às demandas operacionais. A análise focará em diretrizes institucionais que orientem a gestão de conflitos, considerando a integração com práticas de polícia comunitária.

Questionários estruturados, aplicados online via Google Forms, serão respondidos por alunos do CAPM e policiais que passaram pelo treinamento, selecionados por amostragem intencional com base em sua experiência em negociação. As perguntas abordarão a relevância, aplicabilidade e limitações do treinamento, utilizando respostas de múltipla escolha para facilitar a análise.

Os dados coletados serão submetidos à análise de conteúdo, categorizando respostas em temas como relevância do treinamento, aplicabilidade prática e limitações percebidas. A triangulação entre os dados documentais e as percepções dos respondentes permitirá identificar convergências e discrepâncias, oferecendo uma visão detalhada da eficácia do treinamento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos na pesquisa derivam de questionários respondidos por 56 participantes do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM) e revela predominância de alunos em formação inicial, o que reflete o contexto de capacitação na corporação e permite avaliar percepções alinhadas às demandas operacionais da Polícia Militar do Estado de Goiás, onde a negociação de conflitos integra a rotina de atendimento para promover resoluções pacíficas e minimizar escaladas de tensão.

Na composição da amostra, 52 participantes identificaram-se como alunos do Curso de Formação de Praças no CAPM (92,86%), dois como policiais na ativa (3,57%), um como cidadão comum (1,79%) e um como instrutor de treinamento (1,79%), configurando uma representação majoritária de discentes que enfatiza visões emergentes sobre o treinamento, com potencial para identificar lacunas na transição para a prática operacional.

Quanto ao tempo de exposição ao treinamento em negociação de conflitos, 52 relataram menos de um ano (92,86%), dois entre três a cinco anos (3,57%) e dois mais de cinco anos (3,57%), evidenciando foco em percepções iniciais que podem revelar a efetividade imediata do currículo, embora a escassez de respostas de experientes limite comparações longitudinais.

Essa configuração da amostra evidencia ênfase em percepções formativas, compatível com Veiga e Souza (2018), que examinam dilemas na formação policial militar, destacando que visões de discentes iniciais influenciam a avaliação de competências para gestão consensual de tensões, promovendo abordagens que equilibrem coerção e consenso; alinha-se, ainda, ao Procedimento Operacional Padrão (POP), que orienta o atendimento policial militar com foco em resolução pacífica para minimizar escaladas, sugerindo que perfis iniciais demandam treinamentos que integrem teoria e prática para fortalecer a identidade profissional, conforme Guedes, Gondim e Hirschle (2020) analisam o trabalho emocional em policiais, com mediação da identidade para engajamento em negociações comunitárias.

A frequência de treinos práticos em negociação de conflitos apresentou 25 respostas para semanal (44,64%), 12 para quinzenal (21,43%), nove para mensal (16,07%) e 10 para raramente (17,86%), indicando rotinas regulares na maioria dos casos, mas com variações significativas que sugerem heterogeneidade na execução curricular e possível insuficiência em contextos de alta demanda operacional.

Essa distribuição reflete adesão parcial às diretrizes institucionais, o que converge com Sales, Alencar e Feitosa (2009), que analisam mediação de conflitos sociais na polícia comunitária, recomendando práticas frequentes para internalização de técnicas de diálogo e

redução de confrontos em cenários urbanos; a presença de respostas para raramente diferencia-se de modelos ideais de formação contínua, apontando para ajustes no currículo do CAPM, conforme o POP orienta procedimentos de patrulhamento com ênfase em mediação para prevenção de conflitos, e dialoga com Sales, Ferreira e Nunes (2009), que interfaceiam segurança pública e polícia comunitária, propondo treinamentos regulares para fortalecer laços sociais e mitigar vulnerabilidades em comunidades carentes.

A Tabela 1 apresenta os resultados sobre a relevância dos conteúdos do treinamento em negociação (ex.: diálogo, mediação) para a prática policial, com 40 respostas para muito relevante (71,43%) e 16 para relevante (28,57%), revelando uma percepção positiva unânime que demonstra valorização dos componentes teóricos e práticos, sem registros de irrelevância, o que indica alinhamento geral com as expectativas operacionais da formação policial.

Tabela 1 - Relevância dos conteúdos do treinamento em negociação para a prática policial

Opção	Quantidade (Porcentagem)
Muito relevante	40 (71,43%)
Relevante	16 (28,57%)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Essa tabela ilustra a alta relevância percebida pelos participantes, o que corrobora Sampaio e Braga Neto (2007), que descrevem a mediação como ferramenta essencial para soluções consensuais, enfatizando conceitos de comunicação não violenta integrados ao policiamento ostensivo para promover o diálogo em situações de tensão; a ausência de respostas negativas reforça alinhamento com Brasil, Lopes e Miranda (2011), que refletem sobre direitos humanos na formação policial, sugerindo que conteúdos relevantes fortalecem abordagens humanizadas e contribuem para a construção de uma polícia de proximidade, embora demandem maior profundidade para contextos goianos de vulnerabilidade social, conforme Costa (2025) analisa a implantação de mediação comunitária na Polícia Militar, destacando sua função em reduzir desigualdades e fomentar confiança entre força pública e população.

A Tabela 2 apresenta os resultados sobre a adequação dos métodos pedagógicos (ex.: aulas teóricas, simulações) para o aprendizado de negociação, com 35 respostas para muito adequados (62,50%), 14 para adequados (25,00%) e sete para pouco adequados (12,50%), indicando aprovação majoritária dos métodos empregados, mas com críticas pontuais à efetividade em certos aspectos do processo de aprendizagem, o que sugere espaço para refinamentos na abordagem didática.

Tabela 2 - Adequação dos métodos pedagógicos para o aprendizado de negociação

Opção	Quantidade (Porcentagem)
Muito adequados	35 (62,50%)
Adequados	14 (25,00%)
Pouco adequados	7 (12,50%)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Essa tabela expõe a adequação percebida na maioria dos casos, alinhando-se a Nassaro (2012), que discute o policial militar como pacificador social via conciliação, destacando métodos como simulações para prática de mediação em conflitos interpessoais e comunitários, promovendo a internalização de técnicas que evitem o uso excessivo da força; respostas para pouco adequados diferenciam-se de modelos ideais de capacitação integral, sugerindo aprimoramentos em aulas práticas para maior imersão, conforme o POP integra negociação em procedimentos de abordagem para desescalada de tensões, e dialoga com Oliveira (2022), que examina justiça restaurativa na polícia de proximidade, recomendando métodos pedagógicos que equilibrem teoria e simulações reais para fortalecer a resolução consensual em cenários de alta complexidade social.

A Tabela 3 apresenta os resultados sobre a aplicabilidade do treinamento em situações operacionais reais (ex.: conflitos domésticos, protestos), com 30 respostas para muito aplicável (53,57%), 15 para aplicável (26,79%), 10 para pouco aplicável (17,86%) e uma em branco (1,79%), revelando utilidade prática na maioria das percepções, mas com lacunas identificadas que apontam para limitações na transferência de conhecimentos para o campo.

Tabela 3 - Aplicabilidade do treinamento em situações operacionais reais |

Opção	Quantidade (Porcentagem)
Muito aplicável	30 (53,57%)
Aplicável	15 (26,79%)
Pouco aplicável	10 (17,86%)
Em branco	1 (1,79%)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Essa tabela demonstra aplicabilidade percebida de forma preponderante, convergindo com Dantas (2015), que reflete sobre mediação policial e segurança humana, enfatizando a resolução de disputas domésticas e protestos via diálogo para redução de violência e promoção de direitos humanos; respostas para pouco aplicável indicam diferenças em relação a cenários reais de alta tensão, demandando maior foco em simulações contextualizadas, como em Rodrigues (2012), que discute mediação em crimes de menor potencial ofensivo conduzida por delegados, adaptável ao policiamento militar para soluções extrajudiciais, e reforça o POP, que orienta atendimentos com priorização de negociação para preservar a integridade física e fortalecer a legitimidade institucional.

A Tabela 4 apresenta os resultados sobre a confiança para aplicar técnicas de negociação em situações de tensão, com 32 respostas para muito confiante (57,14%), 16 para confiante (28,57%), sete para pouco confiante (12,50%) e uma para não confiante (1,79%), apontando confiança elevada na maioria dos participantes, com variações que sugerem inseguranças pontuais relacionadas à experiência prática.

Tabela 4 - Confiança para aplicar técnicas de negociação em situações de tensão

Opção	Quantidade (Porcentagem)
Muito confiante	32 (57,14%)
Confiante	16 (28,57%)
Pouco confiante	7 (12,50%)
Não confiante	1 (1,79%)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Essa tabela revela confiança predominante entre os respondentes, corroborando Guedes, Gondim e Hirschle (2020), que analisam o trabalho emocional em policiais militares, com mediação da identidade profissional para engajamento em negociações que demandam controle afetivo e empatia; níveis pouco confiantes diferenciam de treinamentos robustos, sugerindo reforço prático para superar barreiras emocionais, alinhado ao POP que integra técnicas de controle em abordagens para desescalada, e dialoga com Fidomanzo (2022), que enfatiza o papel da polícia na pacificação de conflitos, promovendo confiança via capacitação que equilibre competências técnicas e relacionais.

A Tabela 5 apresenta os resultados sobre o ponto forte do treinamento em negociação no CAPM, com 30 respostas para técnicas de diálogo (53,57%), 13 para mediação comunitária (23,21%), quatro para gestão de crises (7,14%), oito para fundamentos teóricos (14,29%) e uma

em branco (1,79%), destacando forças concentradas em componentes comunicativos e relacionais, com distribuição que reflete prioridades curriculares.

Tabela 5 - Ponto forte do treinamento em negociação no CAPM

Opção	Quantidade (Porcentagem)
Técnicas de diálogo	30 (53,57%)
Mediação comunitária	13 (23,21%)
Gestão de crises	4 (7,14%)
Fundamentos teóricos	8 (14,29%)
Em branco	1 (1,79%)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Essa tabela identifica pontos fortes perceptíveis, convergindo com Sales, Ferreira e Nunes (2009), que interfaceiam segurança pública e mediação comunitária, valorizando diálogo para fortalecimento de laços sociais em contextos de vulnerabilidade; a ênfase em técnicas de diálogo reforça Sales, Alencar e Feitosa (2009), que promovem polícia comunitária para resoluções alternativas, embora a distribuição sugira equilíbrio maior em gestão de crises, conforme Bó e Oliveira (2022) integram mediação no Tocantins para soluções colaborativas, recomendando fundamentos teóricos atualizados para aplicação em patrulhamento ostensivo.

A Tabela 6 apresenta os resultados sobre a principal limitação do treinamento em negociação, com 32 respostas para falta de prática simulada (57,14%), 15 para carga horária insuficiente (26,79%), cinco para instrutores não especializados (8,93%) e quatro para conteúdos desatualizados (7,14%), revelando críticas centradas em aspectos práticos e estruturais, com predominância de demandas por maior simulação.

Tabela 6 - Principal limitação do treinamento em negociação

Opção	Quantidade (Porcentagem)
Falta de prática simulada	32 (57,14%)
Carga horária insuficiente	15 (26,79%)
Instrutores não especializados	5 (8,93%)
Conteúdos desatualizados	4 (7,14%)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Essa tabela expõe limitações predominantes, diferenciando-se de modelos ideais em Rodrigues (2012), que discute mediação policial em crimes de menor potencial ofensivo, recomendando simulações para aplicação prática em cenários reais; a predominância de falta de prática simulada converge com Fidomanzo (2022), que enfatiza pacificação de conflitos via treinamento especializado, sugerindo atualizações curriculares para instrutores e extensão de horários, alinhado ao POP que prioriza procedimentos com negociação para preservação de vidas, e dialoga com Zwi e Ribeiro (2024), que analisam responsabilidade social na Polícia Militar, propondo conteúdos atualizados para enfrentar desigualdades sociais.

A Tabela 7 apresenta os resultados sobre se o treinamento aborda adequadamente a vulnerabilidade social em comunidades carentes, com 27 respostas para sim, totalmente (48,21%), 21 para sim, parcialmente (37,50%), quatro para não, pouco (7,14%), três para não aborda (5,36%) e uma em branco (1,79%), indicando abordagem parcial na maioria das percepções, com espaço para maior abrangência.

Tabela 7 - Abordagem à vulnerabilidade social em comunidades carentes

Opção	Quantidade (Porcentagem)
Sim, totalmente	27 (48,21%)
Sim, parcialmente	21 (37,50%)
Não, pouco	4 (7,14%)
Não aborda	3 (5,36%)
Em branco	1 (1,79%)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Essa tabela demonstra abordagem percebida de forma preponderante, alinhando-se a Bó e Oliveira (2022), que integram mediação no Tocantins para resoluções alternativas com sociedade vulnerável, promovendo inclusão social via polícia comunitária; respostas parciais diferenciam de abrangência ideal, sugerindo ênfase em contextos carentes para mitigar desigualdades, conforme Costa (2025) analisa mediação comunitária na polícia de proximidade, destacando sua função em reduzir barreiras socioeconômicas e fomentar confiança mútua.

A Tabela 8 apresenta os resultados sobre se a formação precisa de mais ênfase em simulações práticas de negociação, com 24 respostas para sim, muita ênfase (42,86%), 18 para sim, alguma ênfase (32,14%), 12 para não, suficiente como está (21,43%), uma para não sei

(1,79%) e uma em branco (1,79%), apontando demanda significativa por maior prática simulada, com variações que refletem avaliações diversificadas do currículo atual.

Tabela 8 - Ênfase em simulações práticas de negociação

Opção	Quantidade (Porcentagem)
Sim, muita ênfase	24 (42,86%)
Sim, alguma ênfase	18 (32,14%)
Não, suficiente como está	12 (21,43%)
Não sei	1 (1,79%)
Em branco	1 (1,79%)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Essa tabela revela necessidade de ênfase adicional em simulações, convergindo com Silva Júnior (2009), que discute o policial mediador orientado a problemas, recomendando simulações para cenários reais de tensão interpessoal e coletiva; a demanda majoritária reforça Zwi e Ribeiro (2024), que analisam responsabilidade social na Polícia Militar do Paraná, integrando práticas simuladas para redução de desigualdades e promoção de segurança humana, e dialoga com o POP, que enfatiza procedimentos com simulações para aprimorar a resolução consensual em atendimentos operacionais.

A Tabela 9 apresenta os resultados sobre se o treinamento contribui para a redução do uso da força na prática policial, com 27 respostas para sim, significativamente (48,21%), 25 para sim, moderadamente (44,64%), três para não, pouco impacto (5,36%) e uma para não sei (1,79%), configurando contribuição positiva na maioria das avaliações, com nuances que indicam impactos variados dependendo do contexto operacional.

Tabela 9 - Contribuição para redução do uso da força na prática policial

Opção	Quantidade (Porcentagem)
Sim, significativamente	27 (48,21%)
Sim, moderadamente	25 (44,64%)
Não, pouco impacto	3 (5,36%)
Não sei	1 (1,79%)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Essa tabela indica contribuição percebida de maneira robusta, corroborando Fidomanzo (2022), que enfatiza pacificação de conflitos para minimizar força letal em intervenções policiais, promovendo abordagens dialógicas que preservem a integridade física de envolvidos; níveis moderados sugerem refinamentos para maximizar impactos, alinhados ao POP que prioriza negociação para desescalada em procedimentos de uso seletivo da força, e reforça Dantas (2015), que reflete sobre mediação e segurança humana, destacando redução de violência via capacitação que integre vulnerabilidades sociais e princípios éticos.

A pesquisa objetivou analisar a importância do treinamento em negociação de conflitos na formação policial do CAPM, com base nas percepções de alunos e instrutores e em referenciais bibliográficos, respondendo à questão sobre sua eficácia e adequação para a prática, identificando conteúdos, métodos, aplicabilidade, pontos fortes e limitações; os resultados, com 71,43% considerando conteúdos muito relevantes, 57,14% muito confiantes na aplicação e 92,86% com exposição recente, mas 57,14% apontando falta de prática simulada como limitação principal e 57,50% avaliando abordagem parcial à vulnerabilidade social, cumprem os objetivos ao evidenciar relevância para mitigar riscos de escalada violenta e promover polícia comunitária, como destacado no problema de lacunas na formação que comprometem resoluções consensuais e aumentam tensões sociais, propondo assim reformulações curriculares no CAPM para maior ênfase em simulações e contextos vulneráveis, alinhando-se às demandas operacionais goianas e fortalecendo a profissionalização em segurança pública.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa confirma a percepção elevada de alunos e policiais sobre o treinamento em negociação de conflitos no Curso de Formação de Praças do CAPM, com conteúdos como técnicas de diálogo e mediação valorizados pela maioria dos participantes como muito relevantes para a prática policial, na promoção de soluções consensuais em cenários de tensão. Os métodos pedagógicos recebem aprovação majoritária, com a maioria considerando-os muito adequados, e a aplicabilidade em situações operacionais como conflitos domésticos e protestos atinge predomínio de respostas para muito aplicável, reforçando a contribuição para a gestão de crises e a redução de confrontos violentos, no papel do policial como pacificador social.

Os pontos fortes concentram-se nas técnicas de diálogo, citadas pela maioria dos respondentes, e na promoção de resoluções pacíficas que fortalecem a relação com a comunidade, em consonância com o Procedimento Operacional Padrão que orienta atendimentos com ênfase em desescalada. As limitações identificadas incluem a falta de prática simulada,

apontada pela maioria, e a carga horária insuficiente, gerando insegurança na aplicação em campo, especialmente em comunidades carentes onde a abordagem à vulnerabilidade social aparece como parcial em boa parte das respostas, demandando ajustes curriculares para maior integração com dinâmicas sociais.

Os resultados alcançados indicam a necessidade de reestruturação no treinamento, com incorporação de simulações realistas e capacitação de instrutores especializados, para otimizar a mediação policial e alinhar a formação aos princípios de polícia comunitária, reduzindo o uso da força em avaliações como contribuição significativa. A análise responde ao problema de lacunas na capacitação que comprometem a resolução pacífica de tensões, propondo melhorias que beneficiem a PMGO e a sociedade goiana por meio de intervenções humanizadas e responsáveis. Pesquisas futuras podem explorar impactos longitudinais da implementação dessas reformulações na prática operacional.

REFERÊNCIAS

BÓ, Francinaldo Machado; OLIVEIRA, Tarsis Barreto. Mediação de conflitos no estado do tocamtins: integração da polícia militar do tocamtins e da sociedade por meio de resoluções alternativas de conflitos. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 18, p. 33-46, 2022.

BRASIL, Maria Glauciria Mota; LOPES, Emanuel Bruno; MIRANDA, Ana Karine Pessoa C. Direitos humanos e formação policial: Reflexões sobre limites e possibilidades. **O público e o privado**, v. 9, n. 18 jul. dez, p. 111-127, 2011.

COSTA, Bianka Karen Baudi. A Mediação Comunitária como Instrumento de Polícia de Proximidade no Brasil: Uma Análise da Implantação na Polícia Militar Perspectivas Futuras. **RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2025.

DANTAS, Aline Chianca. Mediação policial, segurança pública e segurança humana: uma abordagem reflexiva. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 46, 2015.

FIDOMANZO, Marie Claire Libron. O Papel da Polícia Militar e a Pacificação dos Conflitos. **Legalis Scientia**, p. 162, 2022.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

GUEDES, Hannah Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes; HIRSCHLE, Ana Lúcia Teixeira. Trabalho emocional e engajamento no trabalho em policiais militares: mediação da identidade profissional. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 25, n. 1, p. 69-79, 2020.

NASSARO, Adilson Luís Franco. O Policial Militar pacificador social: emprego da mediação e da conciliação no policiamento preventivo. **Revista LEVS**, v. 10, n. 10, 2012.

OLIVEIRA, Diógenes Wagner Silveira Esteves. A justiça restaurativa nos programas de Polícia de Proximidade da Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar**, n. 4, p. 203-224, 2022.

RODRIGUES, Patrícia Pacheco. A mediação policial conduzida por Delegado de Polícia na solução dos conflitos decorrentes da prática de crimes de menor potencial ofensivo. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 13, n. 10, p. 311-353, 2022.

SALES, Lilia Maia; ALENCAR, Emanuela Cardoso O.; FEITOSA, Gustavo Raposo. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, p. 281-296, 2009.

SALES, Lilia Maia; FERREIRA, Plauto Roberto Lima; NUNES, Andrine Oliveira. Segurança pública, mediação de conflitos e polícia comunitária: uma interface. **Novos estudos jurídicos**, v. 14, n. 3, p. 62-83, 2009.

SAMPAIO, Lia Regina Castaldi e BRAGA NETO, Adolfo. **O que é Mediação de Conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SILVA JÚNIOR, Azor Lopes da. O policial mediador de conflitos: fundamentos jurídicos para uma polícia orientada a solução de problemas. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, 11 mar. 2009.

VEIGA, Celia Cristina Pereira; SOUZA, José dos Santos. Coerção e consenso: dilemas da formação policial militar. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA-REBESP**, v. 11, n. 2, p. 59-67, 2018.

ZWIR, Gil Alessandro; RIBEIRO, Paulo Fernando Pires. A importância da responsabilidade social para a Polícia Militar do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 3, p. e68004-e68004, 2024.

APÊNDICE A – TÍTULO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "Treinamento em Negociação de Conflitos na Formação Policial no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás", conduzida por Igor Martins Duarte e vinculada ao CAPM. O objetivo deste estudo é avaliar a eficácia do treinamento em negociação de conflitos, com foco em sua aplicabilidade prática.

1. Procedimentos da Pesquisa

Sua participação consistirá em responder a um questionário online, aplicado via Google Forms, com perguntas de múltipla escolha sobre sua experiência com o treinamento, com duração aproximada de 10 a 15 minutos.

2. Riscos e Benefícios

Não há riscos significativos associados à sua participação, além de possíveis desconfortos mínimos ao relatar experiências de treinamento. Você poderá interromper sua participação a qualquer momento. Os benefícios incluem a contribuição para a melhoria da formação policial e da prática de negociação.

3. Sigilo e Confidencialidade

Seus dados serão tratados com sigilo absoluto e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Em nenhuma hipótese sua identidade será divulgada, garantindo o anonimato das informações fornecidas.

4. Participação Voluntária

Sua participação é totalmente voluntária. Você pode desistir a qualquer momento, sem prejuízo ou necessidade de justificativa. Para dúvidas, contate o pesquisador pelos meios disponibilizados.

5. Considerações Éticas

O projeto respeitará os preceitos éticos vigentes sobre procedimentos experimentais envolvendo seres humanos.

6. Contato para Esclarecimentos

Caso necessite de mais informações, estou à disposição.

Declaro que li, compreendi e concordo em participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

Sim

Não

Qual é seu status atual na PMGO?

Aluno do Curso de Formação de Praças no CAPM

Policial na ativa

Instrutor de treinamento

Outro: _____

Há quanto tempo você foi exposto ao treinamento em negociação de conflitos?

Menos de 1 ano

1 a 3 anos

3 a 5 anos

Mais de 5 anos

Os conteúdos do treinamento em negociação (ex.: diálogo, mediação) são relevantes para a prática policial?

Muito relevante

Relevante

Pouco relevante

Irrelevante

Os métodos pedagógicos (ex.: aulas teóricas, simulações) são adequados para o aprendizado de negociação?

Muito adequados

Adequados

Pouco adequados

Inadequados

A frequência de treinos práticos em negociação de conflitos é suficiente?

- Semanal
- Quinzenal
- Mensal
- Raramente

O treinamento é aplicável em situações operacionais reais (ex.: conflitos domésticos, protestos)?

- Muito aplicável
- Aplicável
- Pouco aplicável
- Não aplicável

Você se sente confiante para aplicar técnicas de negociação em situações de tensão?

- Muito confiante
- Confiante
- Pouco confiante
- Não confiante

Qual é o ponto forte do treinamento em negociação no CAPM?

- Técnicas de diálogo
- Mediação comunitária
- Gestão de crises
- Fundamentos teóricos

Qual é a principal limitação do treinamento em negociação?

- Falta de prática simulada
- Carga horária insuficiente
- Instrutores não especializados
- Conteúdos desatualizados

O treinamento aborda adequadamente a vulnerabilidade social em comunidades carentes?

- Sim, totalmente

- Sim, parcialmente
- Não, pouco
- Não aborda

A formação precisa de mais ênfase em simulações práticas de negociação?

- Sim, muita ênfase
- Sim, alguma ênfase
- Não, suficiente como está
- Não sei

O treinamento contribui para a redução do uso da força na prática policial?

- Sim, significativamente
- Sim, moderadamente
- Não, pouco impacto
- Não sei